permittedo concluírem o seu curso, ouvida a comissão acima aludida, sendo-lhes então aplicável o disposto no artigo 8.º

§ 1.º Os oficiais milicianos matriculados nos cursos das diferentes armas ou serviço de administração militar, na Escola de Guerra, quando lhes couber a mobilização, serão mobilizados se ainda não houverem transitado para o 2.º semestre (ou ano). Se já houverem concluído o 1.º semestre (ou ano) ser-lhes há garantida a frequência do 2.º, sem tolerância, até a sua conclusão.

§ 2.º Aos oficiais mobilizados nas condições do presente artigo o seu § 1.º será garantido o poderem terminar o curso ao findar a expedição, mediante, para os do curso do estado maior, parecer favorável da comissão a que alude o mesmo artigo.

Os oficiais a que se refere o § 1.º irão ocupar na respectiva escala de acesso o lugar que teriam se não tivessem interrompido o curso.

Art. 7.º Os oficiais habilitados com o curso do estado maior não serão mobilizados pelas escalas das suas armas, mas sim pela dos oficiais do estado maior, organizada pelo estado maior do exército.

Art. 8.º Aos alunos das escolas superiores, que se encontrem frequentando o último ano dos respectivos cursos será garantida a respectiva frequência, sem tolerância até a sua conclusão. Aos que estavam nestas condições e forem mobilizados será permitido ultimarem o curso, se as necessidades do serviço o permitirem.

Art. 9.º Os oficiais classificados técnicos automobilistas, que façam parte do respectivo quadro, só mobilizarão no serviço da sua especialidade.

Os restantes oficiais técnicos automobilistas mobilizarão pela escala das suas armas ou serviços.

Emquanto não houver o número de *chauffeurs* e motociclistas suficiente para as necessidades da mobilização, as praças com aquela instrução só serão mobilizadas em serviço da sua especialidade.

As praças em instrução destas especialidades que estiverem notavelmente adiantadas ou mostrarem excepcionais qualidades de aptidão para aquele serviço, comprovadas pelo director do Núcleo Automobilista Militar, não interromperão a sua aprendizagem e, terminada ela, mobilizarão na sua especialidade.

Art. 10.º Os oficiais, que se encontrem actualmente recebendo instrução na Escola de Aeronáutica Militar, serão dispensados de mobilizar, quando atingidos pela escala da sua arma ou serviço, mediante parecer favorável da mesma Escola e despacho do Ministro da Guerra, ouvido o conselho do estado maior do exército.

Art. 11.º As praças em instrução na Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, às quais caiba mobilizar, não interromperão o curso se obtiverem da mesma Escola parecer de que, pelas suas qualidades e aproveitamento, o devem ultimar.

Art. 12.º Não são dispensados de mobilizar, quando atingidos pela escala geral:

- Os oficiais em serviço na guarda nacional republicana;
- Os oficiais em serviço na guarda fiscal;
- Os oficiais em serviço na polícia cívica;
- Os oficiais ajudantes dos generais.

Estes últimos não mobilizarão com os seus generais, salvo se assim o desejarem.

Art. 13.º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Os Ministros da Guerra, do Interior, das Finanças, das Colónias e de Instrução Pública o façam executar. Paços do Governo da República, 9 de Fevereiro de 1918. — *Sidónio Pais* — *António Maria de Azevedo Machado Santos* — *António dos Santos Viegas* — *João Tamagnini de Sousa Barbosa* — *José Alfredo Mendes de Magalhães*.

Decreto n.º 3:837

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É substituída a redacção do § 3.º do artigo 25.º do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911, modificado pela lei n.º 798, de 31 de Agosto de 1917, pela seguinte:

«§ 3.º Quando no corpo do estado maior houver oficiais supranumerários que se achem aguardando o seu regresso à efectividade do serviço do corpo, por cada duas vacaturas que neste ocorrerem será: a primeira preenchida por um d'esses supranumerários, e a segunda nos termos das alíneas a) ou b) do presente artigo, conforme os casos nela previstos, salvo se a vacatura fôr preenchida segundo a alínea c), caso este em que não será contada para os efeitos da alternativa acima mencionados.

O regresso dos oficiais supranumerários ao corpo do estado maior efectuar-se há em qualquer dos postos de major, tenente-coronel ou coronel, mediante proposta do conselho do estado maior do Exército, proposta que recalará naquele que há mais tempo se encontrar na situação de supranumerário, independentemente da graduação e antiguidade que tiver, e que reúna as condições de idoneidade necessárias para o serviço do corpo».

Art. 2.º É substituída a redacção do corpo do artigo 3.º da lei n.º 798, de 31 de Agosto de 1917, sem alteração dos respectivos parágrafos, pela seguinte:

«Art. 3.º Os oficiais que, à data da publicação da presente lei, tenham sido promovidos ao posto de major, nos termos do artigo 25.º da lei orgânica, que pela presente fica substituído, terão passagem ao novo corpo do estado maior, ficando na situação de supranumerários neste corpo aqueles que nele não tiverem vacaturas».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 11 de Janeiro de 1918. — *Sidónio Pais* — *António Maria de Azevedo Machado Santos* — *Alberto de Moura Pinto* — *António dos Santos Viegas* — *António Aresta Branco* — *Francisco Xavier Esteves* — *João Tamagnini de Sousa Barbosa* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *José Feliciano da Costa Júnior*.

Decreto n.º 3:338

Hei por bem, sob proposta dos Ministros da Guerra, da Marinha e das Colónias, aprovar e mandar pôr em execução o estatuto da Cooperativa Militar, criada por decreto de 18 de Outubro de 1893.

Os mesmos Ministros o façam publicar. Paços do Governo da República, 26 de Janeiro de 1918. — *Sidónio Pais* — *António Aresta Branco* — *João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

Estatuto da Cooperativa Militar

Organização social

CAPÍTULO I

Disposições fundamentais

Artigo 1.º A sociedade anónima de responsabilidade limitada e duração ilimitada, denominada Cooperativa Militar, funcionando como sociedade de crédito e consumo, é considerada instituição oficial, de utilidade pú-

blita e tem a sua sede em Lisboa, no edificio que pelo Governo foi cedido para sua installação.

Art. 2.º O capital social será variável e representado por acções, na forma estabelecida nos artigos 64.º e 65.º e seus parágrafos.

Art. 3.º O objecto desta sociedade é:

1.º Servir de caixa económica aos sócios, capitalizando-lhes as quantias que depositarem e facultando-lhes empréstimos;

2.º Fornecer aos sócios géneros de alimentação, artigos militares e outros de uso comum;

3.º Criar ou coadjuvar quaisquer instituições, associações ou serviços que sejam de reconhecida utilidade para os sócios e empregados;

4.º Prestar ao Estado os serviços compatíveis com os seus recursos e índole social;

5.º Organizar conferências sobre assuntos económicos e outros de interesse geral.

Art. 4.º Esta sociedade regula-se pelo presente estatuto, regulamento interno, e pelas disposições do Código Commercial e doutras leis que lhe sejam applicáveis.

§ único. O presente estatuto só pode ser alterado em assemblea geral, devendo as alterações ser confirmadas pelos Ministros da Guerra, da Marinha e das Colónias.

CAPÍTULO II

Sócios

Art. 5.º A admissão de sócios pertence à Direcção, podendo ser admitidos sócios:

1.º Os officiaes do exército de terra e mar, da metrópole e colónias, guardas-marinhas e aspirantes a official;

2.º Os individuos com gradação de official, os officiaes milicianos, cadetes, aspirantes de todas as classes de marinha, aspirantes a facultativo das colónias, e os alumnos do Colégio Militar, quando autorizados por seus pais ou tutores, sendo menores;

3.º As colectividades militares, tais como escolas, corpos de tropa, ranchos de officiaes, cooperativas, bibliotecas, grêmios, etc.;

4.º Os empregados civis dos Ministérios da Guerra, da Marinha e das Colónias, nomeados por decreto e de categoria não inferior à de amanuense, na efectividade ou aposentados, quando o seu vencimento de categoria não seja inferior a 30\$ mensais;

5.º As viúvas, filhas solteiras ou viúvas, filhos menores, mães viúvas, pais ou filhos maiores impossibilitados de prover à sua subsistência e irmãs solteiras ou viúvas dos sócios falecidos;

6.º Os médicos civis, o guarda-livros e o farmacêutico que prestam serviço da sua especialidade na Cooperativa Militar.

§ único. Deixam de ser sócios:

1.º Os individuos mencionados nos n.ºs 1.º, 2.º e 6.º d'este artigo, quando percam a qualidade que lhes deu direito à admissão;

2.º Os individuos mencionados no n.º 4.º d'este artigo quando deixem o serviço público, salvo o caso de reforma;

3.º As sócias a que se refere o n.º 5.º quando contraírem matrimonio.

Art. 6.º Os sócios são classificados em *ordinários* e *extraordinários*.

§ 1.º Sócios *ordinários* são os individuos especificados no n.º 1.º do artigo 5.º

§ 2.º Sócios *extraordinários* são:

1.º Os individuos ou colectividades a que se referem os n.ºs 2.º e 6.º do artigo 5.º;

2.º Os alferes que, regressados das colónias, passem a situação que não lhes dê categoria para serem sócios ordinários.

§ 3.º Os sócios podem ser considerados *beneméritos* se a assemblea geral os julgar dignos d'este título, atendendo aos serviços relevantes que tiverem prestado à sociedade.

§ 4.º São considerados *fundadores* os sócios que se inscreveram na fundação da sociedade em 1893 e aos quais foi conferido o respectivo diploma.

Art. 7.º Para ser admitido sócio é necessário:

1.º Subscrever ou adquirir, pelo menos, uma acção;

2.º Pagar a jóia de 5\$ no acto da inscrição.

§ 1.º São isentos do pagamento de jóia os individuos a que se refere o n.º 5.º do artigo 5.º

§ 2.º A jóia poderá ser paga em prestações mensais de \$50.

Direitos

Art. 8.º São comuns aos sócios *ordinários* e *extraordinários* os seguintes direitos:

1.º Poder pagar a importância das acções subscritas, de pronto ou por meio de cotas mensais, sucessivas, de \$50 ou seus múltiplos, por cada acção;

2.º Realizar operações na caixa económica;

3.º Efectuar compras a dinheiro, a crédito mensal e a prestações, observando-se as formalidades regulamentares;

4.º Receber o dividendo arbitrado às acções liberadas que possuírem, e o *bonus* de consumo;

5.º Transmitir as suas acções até o minimo de uma acção, nos termos do artigo 66.º ou reembolsá-las nos termos do artigo 67.º;

6.º Receber, gratuitamente, um exemplar do estatuto, o bilhete de identidade e bem assim as publicações da sociedade;

7.º Exonerar-se da sociedade, quando tenha liquidado os débitos e reembolsado as suas acções, nos termos do artigo 67.º;

8.º Reclamar para a Direcção, desta para o Conselho Fiscal e d'este para a Assembleia Geral;

9.º Examinar as suas contas.

Art. 9.º Os sócios *ordinários* têm mais os seguintes direitos:

1.º Assistir, discutir e votar nas reuniões da Assembleia Geral, por si, e ainda como representante dum outro sócio, do qual tenha procuração ou delegação, quando esteja no gozo dos seus direitos de sócio e tenha uma acção liberada 30 dias antes da reunião, e em iguais condições esteja o sócio representado;

2.º Apresentar, em Assembleia Geral, quaisquer propostas que julgue convenientes aos interesses da sociedade;

3.º Ser eleito para os corpos administrativos;

4.º Fazer-se representar nas assembleas gerais por um sócio ordinário, por procuração ou por delegação devidamente autenticada;

5.º Examinar a escrituração e documentos da sociedade, com excepção das contas correntes e documentos respeitantes a outros sócios, durante os quinze dias anteriores ao dia marcado para a reunião da Assembleia Geral, para os efeitos do § 1.º do artigo 21.º;

6.º Protestar contra as deliberações da Assembleia Geral opostas ao determinado na lei ou estatuto, e requerer a sua anulação, nos termos do Código Commercial;

7.º Esclarecer, perante a Direcção ou Conselho Fiscal, as propostas ou reclamações que apresentar.

Deveres

Art. 10.º São comuns aos sócios *ordinários* e *extraordinários* os seguintes deveres:

1.º Satisfazer os pagamentos na sede da sociedade ou por deducções nos seus vencimentos, conforme o disposto no capítulo VIII;

2.º Sujeitar-se aos prejuizos sociais, proporcional-

mente ao número de acções que possuir ou tenha subscrito embora não inteiramente pagas.

§ único. Os sócios que não satisfizerem os deveres indicados neste artigo perdem o gozo dos direitos conferidos nos artigos 8.º e 9.º emquanto novamente os não readquirirem nos termos deste artigo.

Art. 11.º Os sócios *ordinários* têm mais o dever de exercer os cargos para que sejam eleitos, salvo se fôr aceite a sua recusa, nos termos do artigo 47.º

Penalidades

Art. 12.º Incorrem na pena de suspensão do gozo dos direitos consignados nos n.ºs 2.º, 3.º e 5.º do artigo 8.º e nos do artigo 9.º, de um mês a um ano, os sócios que pratiquem actos irregulares ou prejudiciais à associação.

Art. 13.º Serão excluídos, os sócios que pratiquem quaisquer actos irregulares ou prejudiciais à associação, que o Conselho Fiscal considere em condições de submeter à Assembleia Geral para julgar se devem ou não continuar a pertencer à sociedade.

Art. 14.º Quando, em virtude do artigo anterior, tenha de votar-se a exclusão dalgum sócio, o presidente da Assembleia Geral notificar-lhe há, com oito dias de antecedência, o dia, a hora da reunião para o sócio apresentar, querendo, a sua defesa, por si ou por outro sócio com procuração legal.

§ 1.º Quando o sócio não quizer ou não puder comparecer à reunião da Assembleia ou não se fizer representar, declará-lo há por escrito ao presidente. Não o fazendo, será lido, quando se abrir a sessão, o certificado da notificação, prosseguindo o julgamento na ausência do sócio.

§ 2.º A exoneração e exclusão dos sócios far-se há nos termos dos artigos 221.º e 222.º do Código Commercial.

Art. 15.º Os sócios eleitos para o Conselho Fiscal ou Direcção, que se recusarem ao desempenho do cargo ou faltarem a três sessões seguidas, sem motivo que se julgue atendível, devem pagar a multa de 15\$ no primeiro caso e de 5\$ no segundo.

As multas poderão ser pagas em prestações mensais e sucessivas de 2\$50 e reverterão para o fundo de reserva.

Art. 16.º Só são competentes para avaliar a justificação das faltas às diferentes sessões, as colectividades em que elas se derem.

Art. 17.º Os sócios, que não satisfizerem o capital subscrito nos prazos a que se obrigaram, serão onerados com 0,5 por cento ao mês sobre as quantias vencidas e não pagas.

Se, passados três meses depois do vencimento da última prestação, não liquidarem o seu débito, perderão o capital que reverterá para o fundo de reserva.

Organização administrativa

CAPÍTULO III

Art. 18.º A administração da sociedade é exercida pela:

Assemblea Geral;
Conselho Fiscal;
Direcção.

Assemblea Geral

Art. 19.º A Assembleia Geral é constituída pela reunião dos sócios ordinários que estiverem nas condições indicadas no n.º 1.º do artigo 9.º e não forem empregados nesta sociedade.

§ 1.º A Assembleia considerar-se há legalmente constituída um quarto de hora depois da indicada nos res-

pectivos anúncios, estando presentes pelo menos 30 sócios ordinários, não se incluindo neste número os representados por procuração ou delegação.

§ 2.º Quando não se reúna o número indicado no parágrafo anterior, a Assembleia reunirá quinze dias depois do dia marcado para a primeira reunião, constituindo-se e resolvendo com qualquer número de sócios.

Exceptua-se, porém, o caso de Assembleia Geral para dissolução da sociedade e nomeação de liquidatários, cujas resoluções só serão válidas quando se reúna mais de metade dos sócios, representando, pelo menos, três quartas partes do capital social.

§ 3.º Quando a reunião tiver sido convocada nos termos do n.º 2.º do § 2.º do artigo 21.º, é necessário que no número dos sócios presentes esteja pelo menos metade do número dos signatários do pedido de convocação, e não se dando esta circunstância a Assembleia Geral não será novamente convocada em função daquele pedido.

§ 4.º Cada sócio dispõe, por si, apenas de um voto, seja qual fôr o número de acções que possuir.

Art. 20.º A mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois vice-secretários.

§ 1.º O presidente e o vice-presidente, que serão oficiais generais do exército ou da marinha, os secretários e os vice-secretários, são eleitos anualmente pela Assembleia Geral.

§ 2.º Na falta do presidente, presidirá o vice-presidente, e na falta deste, o oficial mais graduado que estiver presente e não faça parte dos corpos gerentes.

§ 3.º Na falta dos secretários, exercerão os seus lugares os vice-secretários e na falta destes os sócios convidados por quem presidir.

Art. 21.º A Assembleia Geral reúne ordinária ou extraordinariamente, nos dias para que fôr convocada pelo seu presidente.

§ 1.º A Assembleia Geral ordinária reúne-se, pelo menos, uma vez em cada ano, nos primeiros quatro meses depois de findo o exercício anterior, e deve:

1.º Discutir, aprovar ou modificar o balanço e o relatório do Conselho Fiscal;

2.º Eleger os membros dos corpos gerentes e seus suplentes que hão-de substituir os que houverem terminado o seu mandato;

3.º Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;

4.º Fixar o número de acções a reembolsar.

§ 2.º As reuniões *extraordinárias* efectuar-se hão:

1.º A pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal;

2.º A pedido motivado de vinte sócios pelo menos, dirigido ao presidente;

3.º Sempre que o presidente entender conveniente;

4.º Para resolução das reclamações que tiverem parecer do Conselho fiscal.

§ 3.º A convocação para as reuniões será feita por anúncios no *Diário do Governo* e em dois jornais dos mais lidos da capital e por meio de avisos afixados na sede da Cooperativa em lugares bem visíveis. O primeiro anúncio será feito 15 dias antes da reunião e o segundo na véspera.

Art. 22.º As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos.

§ 1.º A Assembleia só pode ocupar-se, durante o tempo destinado à ordem do dia, dos assuntos para que fôr convocada, sendo nulas as deliberações sobre os que sejam estranhos aos indicados no aviso convocatório, salvo se tal deliberação fôr comunicada aos sócios não presentes, pela mesma forma da convocação e não houver protestos dentro do prazo de trinta dias.

§ 2.º Quando a Assembleia tenha de resolver sobre questões administrativas ou alterações do estatuto, de-

vem umas e outras ser-lhe apresentadas, dentro do prazo máximo de trinta dias, com parecer escrito dos corpos gerentes reunidos.

§ 3.º São nulas as deliberações tomadas pela Assembleia, quando esteja irregularmente constituída.

Art. 23.º As deliberações tomadas contra os preceitos da lei geral ou estatuto, tornam de responsabilidade ilimitada a sociedade, mas unicamente para os sócios que as aceitarem.

Art. 24.º Compete à Assembleia Geral:

1.º Discutir, votar ou modificar os balanços anuais e relatórios do Conselho Fiscal;

2.º Eleger os membros dos corpos gerentes e seus suplentes, necessários para os diferentes cargos da sociedade;

3.º Alterar o estatuto e resolver definitivamente, sobre qualquer dúvida na sua interpretação;

4.º Apreciar os actos dos corpos administrativos e a maneira como estes executam o presente estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;

5.º Resolver as reclamações feitas contra o Conselho Fiscal;

6.º Revogar o mandato aos membros deste Conselho ou da Direcção, quando verificar a existência de irregularidades por que sejam responsáveis, independentemente de qualquer outro procedimento;

7.º Resolver quando a Cooperativa deva suspender as suas operações, no total ou em parte;

8.º Aplicar aos sócios a pena de exclusão, nos termos do estatuto;

9.º Autorizar quaisquer contratos, que não sejam da competência dos outros corpos administrativos;

10.º Nomear os liquidatários e seus suplentes, devendo para este fim constituir-se pela forma prescrita na parte final do § 2.º do artigo 19.º;

11.º Fixar o prazo da liquidação e prorrogá-lo por uma só vez, até metade do tempo primitivamente marcado.

Art. 25.º Ao presidente compete:

1.º Convocar a Assembleia para as suas reuniões;

2.º Comunicar aos Ministérios da Guerra, da Marinha e das Colónias os nomes dos sócios eleitos para os diferentes cargos, e aos sócios a sua eleição;

3.º Corresponder-se com quaisquer entidades sobre assuntos, que não sejam da especial competência do Conselho Fiscal ou da Direcção;

4.º Convidar os sócios que hão-de substituir os secretários;

5.º Assinar as actas das sessões;

6.º Convocar a reunião dos corpos gerentes;

7.º Dar posse aos corpos gerentes eleitos, no prazo de 5 dias.

Art. 26.º Aos secretários compete:

1.º Fazer o expediente da mesa da Assembleia Geral;

2.º Lavrar e assinar as actas das sessões;

3.º Ter à sua guarda o respectivo arquivo;

4.º Verificar a validade das procurações ou delegações apresentadas, a que se refere o n.º 4.º do artigo 9.º;

5.º Enviar aos presidentes do Conselho Fiscal, da Direcção ou de qualquer comissão especial, cópias das propostas sobre que as mesmas colectividades tenham de dar parecer nos termos do § 2.º do artigo 22.º.

Conselho Fiscal

Art. 27.º O Conselho Fiscal é composto por três sócios eleitos pela Assembleia Geral, que desempenharão gratuitamente as suas funções.

§ único. Haverá três suplentes, também eleitos pela Assembleia Geral, os quais no impedimento dos efectivos serão chamados por ordem de votação e, em igualdade desta, pela da antiguidade de sócio.

Art. 28.º O Conselho Fiscal reúne *ordinariamente*, uma vez em cada mês e *extraordinariamente* sempre que for necessário ou a pedido do presidente da Direcção.

§ 1.º As suas reuniões assistirá, com voto consultivo, o presidente da Direcção, quando for julgada necessária a sua presença, e nas mesmas condições os gerentes.

§ 2.º Na primeira reunião, que terá lugar no primeiro dia útil depois da posse dos corpos gerentes, será eleito o presidente e por este nomeado o secretário.

Art. 29.º O Conselho Fiscal é encarregado da vigilância geral dos interesses da sociedade e compete-lhe:

1.º Examinar e fiscalizar a existência em numerário, os documentos das transacções e a escrituração da sociedade, autenticando com a sua assinatura os balancetes mensais;

2.º Assistir ou fazer-se representar nas sessões da Direcção, sempre que o julgue conveniente;

3.º Verificar o cumprimento, por parte da Direcção, da lei, do estatuto e do regulamento interno;

4.º Comunicar ao presidente da Assembleia Geral qualquer irregularidade cometida pelo pessoal da sociedade;

5.º Apresentar à Assembleia Geral, parecer justificado sobre todas as reclamações ou propostas que tenham de ser por ela resolvidas;

6.º Resolver as questões, que lhe forem apresentadas pela Direcção, e as reclamações dos sócios, quando digam respeito a actos daquela entidade;

7.º Dar parecer, quando seja consultado, sobre a melhor aplicação dos fundos sociais, bem como sobre todas as questões administrativas que tenham de ser presentes à Assembleia Geral, e estabelecer, mediante proposta da Direcção, as taxas dos depositos à ordem e a prazo, ou para outras transacções propostas à sociedade;

8.º Fazer-se representar na Assembleia Geral, pelo menos, por dois dos seus membros;

9.º Apreciar as faltas cometidas pelos sócios, podendo aplicar a suspensão a que se refere o artigo 12.º, solicitando a convocação da Assembleia Geral para os casos em que tenha de ser aplicada a pena de exclusão nos termos do artigo 13.º;

10.º Vigiar as operações de liquidação da sociedade;

11.º Proceder nos termos da lei, contra a Direcção, quando esta cometa qualquer infracção;

12.º Dar cumprimento ao disposto no artigo 189.º do Código Commercial.

Art. 30.º Compete, em especial, ao presidente:

1.º Convocar o Conselho para as suas reuniões;

2.º Nomear o secretário;

3.º Assinar as actas e toda a correspondência do Conselho.

Art. 31.º Os membros do Conselho Fiscal são, pessoal e solidariamente responsáveis, nos termos deste estatuto, pelos prejuizos que possam advir à sociedade da sua falta de fiscalização e, em especial, por actos praticados que excedam o seu mandato ou autorizações especiais da Assembleia Geral.

§ único. A responsabilidade cessa com o da Direcção cuja gerência lhe cumpria fiscalizar, nas condições indicadas no § 3.º do artigo 34.º deste estatuto.

Direcção

Art. 32.º A Direcção é composta por 5 sócios que desempenharão as suas funções gratuitamente, salvo o disposto do artigo 38.º e no n.º 3.º do artigo 74.º

Dos membros da Direcção três são eleitos anualmente, o quarto e o quinto por triénios, desempenhando um destes as funções de gerente commercial e o outro as de gerente administrativo.

§ 1.º A Assembleia Geral escolherá, três suplentes para substituírem os membros efectivos da Direcção, os quais serão chamados por ordem de votação, e em igualdade

desta, pela de antiguidade de sócio; e além disto, mais dois para substituírem os gerentes.

§ 2.º Na falta de suplentes, os corpos gerentes reunidos nomearão os sócios que os devem substituir.

§ 3.º Os directores gerentes serão substituídos nos seus impedimentos temporários pelos vogais da Direcção, por esta designados.

Art. 33.º A Direcção reúne pelo menos uma vez em cada semana, sendo obrigatório o mínimo de 4 votos para que as suas resoluções sejam válidas.

§ único. Na primeira reunião, que terá lugar no primeiro dia útil depois da posse dos corpos gerentes, será escolhido o presidente de entre os três vogais.

Art. 34.º A Direcção responde, pessoal e solidariamente por todas as operações efectuadas, alheias aos fins da sociedade, aos poderes do seu mandato ou às decisões da Assembleia Geral, com excepção do director que não tomar parte na resolução relativa a essas operações ou protestar contra ela, anteriormente ao pedido de responsabilidade.

§ 1.º É considerado violação do mandato, a distribuição de dividendos e bônus fictícios.

§ 2.º É expressamente proibido aos directores negociar, por conta própria, directa ou indirectamente, com a sociedade.

§ 3.º A responsabilidade da Direcção cessa seis meses depois da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço e contas da gerência, salvo o caso de omissão ou indicações falsas com o fim de dissimular a situação da sociedade.

Art. 35.º À Direcção, constituindo o poder executivo da sociedade, incumbe-lhe a administração dos seus fundos, conforme o estatuto e resoluções legais da Assembleia Geral e compete-lhe:

1.º A admissão de sócios nos termos do artigo 5.º;

2.º Apresentar ao Conselho Fiscal, para ser discutido na primeira sessão ordinária da Assembleia Geral, o relatório da sua gerência, instruindo-o com as contas e documentos designados no artigo 189.º do Código Commercial, com as propostas sobre a distribuição geral de lucros, e sobre medidas que julgue conveniente adoptar e careçam de aprovação da Assembleia, cumprindo as disposições dos §§ 2.º, 3.º e 4.º do citado artigo;

3.º Emitir o seu parecer no prazo de quinze dias, sobre as reclamações dos sócios, e, em geral, sobre as questões administrativas, que tenham de ser presentes ao Conselho Fiscal ou à Assembleia Geral;

4.º Fazer entrega da gerência à Direcção eleita, depois da posse dos corpos gerentes;

5.º Publicar os balanços, contas e relatórios respeitantes à gerência anterior, enviando-os a todos os sócios;

6.º Expor mensalmente na sede da sociedade os balancetes, depois de visados pelo Conselho Fiscal;

7.º Propor anualmente ao Conselho Fiscal as taxas a pagar pelos depósitos, à ordem e a prazo, empréstimos ou para outras transacções propostas à sociedade, dando publicidade às resoluções tomadas;

8.º Propor aos corpos gerentes reunidos a criação ou extinção de secções, depósitos, armazéns, agências, postos de requisição, oficinas, etc., que as necessidades da sociedade aconselharem;

9.º Estabelecer a orientação a seguir nas compras e fornecimentos para a sociedade, em relação ao lugar, modo e época de aquisição;

10.º Regular as existências das diversas secções, segundo as necessidades do consumo;

11.º Autorizar contratos, compras e fornecimentos que excedam o consumo normal de um mês;

12.º Adjudicar, por empreitada, até a importância de 500\$, em cada ano, as reparações ou modificações a fazer no edificio;

13.º Verificar os livros e mais documentos relativos às

diversas secções e as contas dos sócios, podendo fazer sustar os seus fornecimentos quando se reconhecer não estarem os seus débitos em harmonia com os créditos a que têm direito;

14.º Fazer-se representar na Assembleia Geral por um dos seus membros, pelo menos, além dos gerentes;

15.º Autorizar a transmissão das acções;

16.º Elaborar e apresentar aos corpos gerentes reunidos os regulamentos para os diversos serviços e suas modificações;

17.º Distribuir a verba votada pela Assembleia Geral para gratificar extraordinariamente o pessoal;

18.º Diligenciar haver os débitos dos sócios falecidos;

19.º Nomear, contratar ou exonerar os empregados, arbitrar-lhes os seus vencimentos normais e atender as reclamações por eles apresentadas;

20.º Propor aos corpos gerentes reunidos as gratificações e abonos extraordinários a conceder aos empregados;

21.º Proceder, nos termos da lei e dos regulamentos, contra os empregados quando cometam alguma infracção;

22.º Promover o cumprimento das decisões que os tribunais proferirem em virtude de acções intentadas pelos credores da sociedade, nos termos do artigo 148.º do Código Commercial;

23.º Submeter à Assembleia Geral, no prazo que a mesma lhe fixar, o inventário, balanço e contas da sua gerência final, quando tenha sido votada a dissolução da sociedade;

24.º Entregar aos liquidatários, logo após a aprovação das contas da sua gerência, os documentos, livros, papéis, fundos e haveres da sociedade, a fim de se começar a liquidação;

25.º Resolver os assuntos que não sejam da especial competência das outras colectividades administrativas;

26.º Fixar o número máximo de prestações, a mínima importância de cada uma, para as cartas de crédito, nos termos do n.º 3.º do artigo 57.º;

27.º Fixar a percentagem do valor nominal dos títulos que sirvam de caução a empréstimos, nos termos do artigo 56.º;

28.º Propor à Assembleia Geral o número de acções reembolsáveis em cada ano.

Art. 36.º Ao presidente compete:

1.º Promover a convocação do Conselho Fiscal, por própria deliberação ou por proposta motivada de qualquer membro da Direcção;

2.º Assinar os títulos nominativos, os averbamentos das suas transmissões, as actas e a correspondência da Direcção;

3.º Convocar a Direcção para as suas reuniões.

Art. 37.º Aos gerentes commercial e administrativo cabem as atribuições consignadas no regulamento interno.

Art. 38.º Os gerentes, além do soldo e gratificação da sua patente, arma ou serviço, que lhe serão pagas pelo Ministério a que pertencerem, receberão mensalmente, cada um, a gratificação de 30\$, pela caixa da Cooperativa.

CAPÍTULO IV

Reunião dos corpos gerentes

Art. 39.º Os corpos gerentes (mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção) reúnem, ordinariamente, nos termos do n.º 7.º do artigo 25.º, extraordinariamente, sempre que forem convocados pelo presidente da Assembleia Geral.

Art. 40.º Aos corpos gerentes reunidos compete:

1.º Conceder ou negar a recusa pedida dos cargos do Conselho Fiscal e Direcção, e aplicar as penalidades a que se refere o artigo 15.º;

2.º Nomear os sócios que provisoriamente devem fazer parte do Conselho Fiscal e da Direcção, fixando a data da reunião da Assembleia Geral, para proceder a eleição para os lugares vagos;

3.º Resolver sobre a criação ou extinção de secções, depósitos, agências, etc., que lhes fôr proposta nos termos do n.º 8.º do artigo 35.º;

4.º Resolver sobre os vencimentos dos empregados conforme as propostas que lhes forem apresentadas nos termos do n.º 20.º do artigo 35.º;

5.º Aprovar ou modificar os regulamentos que lhe sejam apresentados pela Direcção;

6.º Ampliar, quando o julgue necessário, a faculdade concedida à Direcção no n.º 12.º do artigo 35.º até 1 conto;

7.º Tratar os assuntos que lhes tenham sido apresentados pelo Conselho Fiscal ou Direcção, resolvendo provisoriamente sobre os urgentes, e submetendo à resolução da Assembleia Geral os que não forem da sua competência.

CAPÍTULO V

Eleições

Art. 41.º As eleições dos corpos gerentes são feitas em Assembleia Geral, e por escrutínio secreto.

As listas serão três, respectivamente para a mesa da Assembleia Geral, para o Conselho Fiscal e para a Direcção, devendo conter:

a) A da Assembleia Geral:

Para presidente, um nome (oficial general).

Para vice-presidente, um nome (oficial general).

Para secretários, dois nomes.

Para vice-secretários, dois nomes.

b) A do Conselho Fiscal:

Três nomes para efectivos e três para suplentes.

c) A da Direcção:

Para gerente comercial um nome, para gerente administrativo um nome, para vogais três nomes.

Para vogais suplentes três nomes, para gerente comercial suplente um nome, para gerente administrativo suplente um nome.

§ 1.º A eleição dos dois directores gerentes nunca deverá recair no mesmo ano, porém, se por circunstâncias especiais este facto se der, será o gerente comercial eleito por quatro anos e o gerente administrativo por três anos.

§ 2.º São nulas as listas a que falte a indicação dos cargos a que se destinam os individuos propostos, e aquelas da Assembleia Geral em que estes individuos não tenham a graduação exigida. Não se contam os nomes a mais nem as repetições.

Art. 42.º São elegíveis, para os diversos cargos, somente os sócios ordinários que possuam uma acção liberada e estejam no pleno uso dos seus direitos.

§ 1.º É obrigatória a reeleição dum membro do Conselho Fiscal e dum dos vogais da Direcção quando tenha de ser substituído algum dos gerentes, podendo recair nos suplentes que tiverem servido mais de seis meses seguidos ou interpolados.

§ 2.º É permitida a reeleição de quaisquer outros membros dos corpos gerentes.

Art. 43.º Serão proclamados eleitos os sócios mais votados para os diversos cargos.

§ único. Quando, neste número, não entrem os que devem ser reeleitos, em harmonia com o § 1.º do artigo 42.º, serão apurados estes, pela ordem da respectiva votação, embora sejam excluídos outros sócios mais votados.

Art. 44.º Não é acumulável, no mesmo individuo, o exercício de cargos diferentes.

§ 1.º Quando fôr votado para cargos diferentes preferirá aquele para que tiver maior votação.

§ 2.º Quando fôr igualmente votado para diferentes cargos, observar-se há a seguinte ordem de preferência:

1.º Gerente comercial;

2.º Gerente administrativo;

3.º Direcção;

4.º Conselho Fiscal;

5.º Mesa da Assembleia Geral.

§ 3.º Se dois ou mais sócios forem igualmente votados para o mesmo cargo, preferirá:

1.º O que há mais tempo tenha deixado de fazer parte dos corpos administrativos.

2.º O mais antigo como sócio;

3.º O que fôr mais velho.

Art. 45.º Quando a alguns sócios fôrem aceites as recusas dos cargos para que foram eleitos, serão chamados os suplentes. Na falta destes, serão nomeados, provisoriamente, os substitutos nos termos do n.º 2.º do artigo 40.º, até que a Assembleia Geral proceda a nova eleição.

Art. 46.º Quando seja necessário eleger qualquer comissão, em Assembleia Geral, esta resolverá sobre o modo da eleição e número dos membros de que deva compor-se ou delegará no seu presidente a respectiva nomeação.

Art. 47.º Só podem ser admitidos como motivos de recusa dos cargos para que os sócios fôrem eleitos os seguintes:

a) Ter servido nos corpos gerentes há menos de cinco anos, salvo o caso previsto no § único do artigo 43.º;

b) Residência permanente fora da capital;

c) Reconhecida incompatibilidade ou incapacidade física para o exercício do cargo.

§ 1.º Os suplentes que tenham servido por mais de seis meses, seguidos ou interpolados, gozam dos mesmos direitos.

§ 2.º A recusa para comissões só pode fundamentar-se nos motivos constantes das alíneas b) e c) deste artigo.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Art. 48.º Para os fins a que é destinada, a sociedade terá:

a) Escritório;

b) Armazéns gerais;

c) Secções de consumo e serviços julgados necessários pelos corpos gerentes reunidos;

d) Caixa económica anexa ao escritório.

Art. 49.º Os serviços da Cooperativa serão distribuídos pelo pessoal nomeado pela Direcção.

1.º O escritório estará a cargo dum guarda-livros, admitido por concurso, sendo obrigatória a sua inscrição como sócio *extraordinário*.

2.º Os officiais do exército, da marinha ou das colónias que exercerem cargos na sociedade receberão, além da gratificação que lhes fôr arbitrada no regulamento, os vencimentos a que tiverem direito pelo Ministério de que dependam.

Art. 50.º O pessoal empregado na Cooperativa é, para todos os efeitos, directamente subordinado à Direcção.

Art. 51.º A execução dos serviços, as atribuições do pessoal e seu quadro, seus vencimentos e gratificações, serão fixados em regulamento especial, aprovado pelos corpos gerentes reunidos.

Art. 52.º É obrigatória para o guarda-livros, caixa, recebedores, caixas das secções e para os empregados que a Direcção julgar conveniente, a fiança prestada em dinheiro, valores facilmente realizáveis, ou por fiador

idóneo, sendo a respectiva importância fixada no regulamento.

Art. 53.º As agências que forem estabelecidas nos termos do n.º 3.º do artigo 40.º estarão a cargo de um indivíduo nomeado pela Direcção.

CAPÍTULO VII

Caixa económica

Art. 54.º Os fundos da caixa económica são constituídos pelas importâncias dos depósitos.

Art. 55.º As operações da caixa económica serão descritas em conta separada, havendo entre a Cooperativa e a caixa contrato de conta corrente a juros recíprocos à taxa dos depósitos à ordem.

§ 1.º Os depósitos poderão ser feitos a prazo ou à ordem, e as taxas a pagar por uns e outros serão fixadas nos termos do n.º 7.º do artigo 29.º

§ 2.º No fim de cada ano, o resultado das operações da caixa será levado à conta de ganhos e perdas da sociedade.

Art. 56.º Os empréstimos só se fazem a sócios, e serão sempre caucionados por acções da Cooperativa, ou por papéis de crédito que tenham cotação na Bolsa de Lisboa. A importância dos empréstimos não poderá exceder o valor nominal para as acções da Cooperativa, e para os outros títulos, a percentagem que a Direcção julgue conveniente, em harmonia com as condições do mercado.

§ 1.º Os empréstimos vencerão o juro fixado nos termos do n.º 7.º do artigo 35.º deduzido no acto do empréstimo, e serão pagos em prestações mensais e consecutivas, de número não superior a 12, vencendo-se a primeira prestação no mês imediato ao do empréstimo, ou serão pagos por uma só vez, em prazo não excedente a seis meses.

§ 2.º As prestações vencem-se até os dias indicados no n.º 2.º do artigo 57.º, e, não sendo pagas até esses dias, será o seu pagamento e o dos respectivos juros de mora pedido por *dedução nos vencimentos* às estações oficiais, por onde os sócios forem abonados.

§ 3.º Não podem servir de caução as acções da Cooperativa, que estejam dando direito a cartas de crédito, nos termos do n.º 2.º da alínea *a*) do artigo 59.º

CAPÍTULO VIII

Consumo

Art. 57.º Os fornecimentos aos sócios fazem-se: *a dinheiro*, *a crédito mensal* e *a prestações*.

1.º Considera-se a *dinheiro*, quando os artigos forem pagos no acto da aquisição;

2.º Considera-se a *crédito mensal*, quando o pagamento for feito até o dia 10 do mês imediato;

a) Os fornecimentos a crédito mensal que não forem pagos até o dia 10 do mês imediato no escritório da Cooperativa serão onerados com o juro de 1 por cento, ao mês.

3.º Considera-se a *prestações*, quando o pagamento for feito em mensalidades consecutivas;

a) A Direcção fixará anualmente o número de prestações: não devendo exceder 15; e o mínimo de cada prestação que não deverá ser inferior a 2\$.

Art. 58.º Para os fornecimentos a prestações observar-se hão as seguintes regras:

1.º O sócio requisitará no escritório o impresso especial denominado *Carta de crédito*, pela importância que desejar utilizar;

2.º A primeira prestação da carta de crédito paga-se até o dia 10 do mês imediato ao da sua requisição;

3.º A totalidade do fornecimento será onerada com

uma percentagem igual ao produto de $\frac{1}{2}$ por cento pelo número de prestações;

4.º Só podem ser feitas cartas de crédito quando a totalidade do fornecimento for igual ou exceder a quantia de 10\$;

5.º O sócio que tenha contraído uma dívida igual ou superior a 100\$ por fornecimentos a prestações, nos termos do n.º 2.º do artigo 59.º, só poderá requisitar nova carta de crédito quando a sua dívida tiver baixado a 60\$;

6.º Não poderão ser requisitados fornecimentos a prestações pelas secções de mercearia, tabacaria e encomendas, e excepcionalmente, poderá a Direcção permitir a inclusão em cartas de crédito, de débitos provenientes de fornecimentos feitos por aquelas secções, mas só dentro dos meses da sua gerência.

Art. 59.º O crédito dos sócios é limitado.

a) Sócios a que se referem os n.ºs 1.º e 4.º do artigo 5.º:

1.º *Para os fornecimentos a crédito mensal*: à importância equivalente a um mês de soldo ou vencimento de categoria (deduzidos quaisquer encargos que os afectem);

2.º *Para os fornecimentos a prestações*: às importâncias (incluindo os juros respectivos) abaixo indicadas, quando os sócios subscreverem as acções respectivas, devendo pelo menos uma delas ser liberada:

1 acção	25\$
2 acções	50\$
3 acções	75\$
4 acções	100\$
5 acções	125\$

Estes créditos são concedidos aos sócios que tenham soldo ou vencimento de categoria pelos Ministérios da Guerra, da Marinha e das Colónias, e bem assim aos que vençam por qualquer outro Ministério, desde que haja conhecimento oficial de terem vencimento de categoria, e que esse Ministério toma o compromisso de realizar os descontos que forem pedidos pela Cooperativa, para o pagamento dos débitos.

b) Sócios a que se referem os n.ºs 2.º e 5.º do artigo 5.º: *Para os fornecimentos a crédito mensal ou a prestações*: à importância de 80 por cento do valor nominal das acções liberadas que possuírem (se não estiverem servindo de caução).

c) Sócios designados no n.º 3.º do artigo 5.º:

Para os fornecimentos a crédito mensal: até a importância fixada pela Direcção, de acôrdo com os respectivos Conselhos Administrativos, comandantes, chefes de serviços, directores ou gerentes, que tomarão a responsabilidade directa e imediata.

d) Sócios designados no n.º 6.º do artigo 5.º:

Para os fornecimentos a crédito mensal: à importância do seu vencimento de categoria mensal (deduzindo os encargos que os afectem).

§ 1.º Entende-se por vencimento de categoria o que o sócio perceber mensalmente no desempenho das suas funções ordinárias.

§ 2.º Os créditos fixados neste artigo podem ser elevados mediante caução, ou ainda por deliberação da Direcção, sob sua inteira responsabilidade.

Art. 60.º Quando os sócios não satisfizerem por completo na caixa da sociedade os seus débitos por fornecimentos a crédito mensal e prestações, vencidas, até os dias indicados no n.º 2.º do artigo 57.º, será o seu pagamento pedido, por *dedução nos vencimentos*, às estações oficiais por onde forem abonados.

§ único. Todos os débitos, quando vencidos e não pagos, serão acrescidos com o juro de mora de 1 por cento por cada mês ou fracção de mês, até completo pagamento.

Art. 61.º O sócio, cujo débito por fornecimentos a *crédito mensal* não fôr satisfeito, quer directamente quer por dedução nos vencimentos, e por completo até o fim do mês immediato àquele a que respeitam, ou que não satisfizer as prestações vencidas dentro dos respectivos meses, só poderá fornecer-se a *dinheiro*, ou mediante caução, até que a Cooperativa esteja integralmente reembolsada dos débitos vencidos e respectivos juros de mora.

Art. 62.º Para os sócios não residentes na metrópole, bem como os que se achem em campanha ou em outras circunstâncias extraordinárias, poderá a Direcção ampliar os prazos estabelecidos neste capítulo, atendendo à maior ou menor demora nas comunicações.

CAPÍTULO IX

Fundos

Art. 63.º Os fundos da Cooperativa são:

- 1.º Capital social;
- 2.º Fundo de reserva.

Capital social

Art. 64.º O capital social é constituído pelo capital subscrito e representado por acções nominativas de 10\$, cujos títulos serão entregues aos sócios depois de liberados.

§ único. Nenhum sócio pode subscrever por mais de 500\$, com direito a dividendo.

Art. 65.º As acções, formuladas conforme o artigo 167.º do Código Commercial, serão assinadas pelo presidente da Direcção e gerente administrativo.

§ 1.º As acções só podem averbar-se aos sócios e a individuos ou colectividades nas condições de o ser, havendo títulos de 1, 5 e 10 acções.

§ 2.º As acções têm direito a dividendo no trimestre seguinte àquele em que forem liberadas, o qual será exclusivamente pago pela percentagem dos lucros votada pela Assembleia Geral.

Art. 66.º A transmissão das acções será sempre autorizada pela Direcção e não produzirá efeito, para com a sociedade nem para com terceiros, senão desde a data do respectivo averbamento no livro do registro.

§ único. A transmissão só pode ser autorizada quando as acções estiverem liberadas, e não sirvam de garantia a contratos com a Cooperativa.

Art. 67.º O número de acções reembolsáveis em cada ano será fixado em Assembleia Geral sob proposta da Direcção.

§ único. O reembolso será feito pela ordem de inscrição dos sócios que o solicitem.

Art. 68.º Quando diferentes individuos forem co-proprietários de uma acção, a sociedade não a averbará nem reconhecerá a respectiva transferência enquanto não elegerem um de entre elles, que os represente, quanto ao exercício dos direitos e cumprimento das obrigações que lhes pertencerem.

Art. 69.º O capital social é destinado a efectuar as transacções próprias das diversas secções da sociedade.

§ único. É expressamente prohibido o emprêgo do capital social na compra de quaisquer papéis de crédito, em operações especulativas ou a longo prazo, e na aquisição de imóveis, que não sejam os indispensáveis às instalações da sociedade.

Fundo de reserva

Art. 70.º O fundo de reserva é constituído:

- 1.º Pelas jóias de admissão dos sócios;
- 2.º Pela percentagem dos lucros anualmente liquidados, que fôr votada pela Assembleia Geral;
- 3.º Pelo juro dos títulos a que se refere o artigo 71.º;
- 4.º Pelo produto das penalidades a que se referem os artigos 15.º e 17.º

5.º Pelas heranças dos sócios falecidos, nos termos do § 2.º do artigo 85.º;

6.º Por quaisquer donativos ou legados.

Art. 71.º O fundo de reserva deverá ser empregado em títulos da dívida pública, interna ou externa, sendo especialmente destinado:

- 1.º A fazer face aos prejuizos devidos a causas legais;
- 2.º A indemnizar a sociedade pelos débitos dos sócios falecidos, quando se reconheça aos herdeiros a impossibilidade de os saldar.

CAPÍTULO X

Balanço, ganhos e perdas, lucros liquidos, dividendos

Art. 72.º No fim de cada ano civil proceder-se há a balanço geral do activo e passivo da sociedade, devendo descrever-se com minuciosidade o desenvolvimento das diversas contas.

§ único. As operações do balanço serão referidas a 31 de Dezembro, e os inventários das fazendas existentes serão formulados pelos preços da compra ou pelos que tiverem na ocasião, caso se hajam depreciado com a armazenagem ou por ter baixado o preço do mercado.

Art. 73.º As verbas da receita da sociedade, não especificadas nos artigos anteriores, como elementos constitutivos dos fundos, serão levados à conta de ganhos e perdas, e bem assim os encargos que, em especial, não forem affectos a qualquer dos mesmos fundos.

Art. 74.º Os lucros da sociedade são constituídos pelo saldo que apresentar a conta de ganhos e perdas, depois de fechado o balanço, e serão distribuídos, conforme deliberação da Assembleia Geral, pela maneira seguinte:

- 1.º Para fundo de reserva, 5 a 10 por cento, até perfazer a quarta parte do capital social;
- 2.º Para crédito das seguintes contas:
 - Amortização de despesas de instalação;
 - Amortização de máquinas;
 - Amortização de móveis e utensílios;

5 a 15 por cento do valor por que no activo figurarem respectivamente estas contas;

3.º Para gratificação anual aos gerentes commercial e administrativo, 2 por mil, respectivamente sobre o cociente encontrado, tomando o produto das vendas pelo saldo positivo da conta de ganhos e perdas, dividido pelo capital social, quando o dividendo do capital seja igual ou superior a 6 por cento;

4.º Para gratificar extraordinariamente os empregados até 3 por cento;

5.º O saldo restante será destinado a dividendo ao capital até 5 por cento, e o que sobrar será destinado a bônus ao consumo até 3 por cento; e se ainda houver saldo, aumentar-se há, sucessivamente e alternadamente, de uma unidade a percentagem do dividendo e do bônus, passando, a parte não divisível, a conta nova.

§ 1.º O bônus será concedido para os consumos anuais superiores a 20\$.

§ 2.º O dividendo e o bônus, a que os sócios tiverem direito, serão retirados no prazo máximo de seis meses, passando, se o não forem nesta data, para depósito à ordem, sem juros.

§ 3.º Em cada balanço serão inscritas no activo, pelos seus valores primitivos, as seguintes contas:

Obras no edificio, encargos do empréstimo para obras, despesas de instalação, máquinas, móveis e utensílios.

Disposições diversas

Art. 75.º A sociedade dissolver-se há em algum dos seguintes casos:

- 1.º Quando a Assembleia Geral reconheça a impossibilidade de satisfazer aos fins designados neste estatuto, ou por acôrdo da maioria dos sócios;

2.º Quando lhe seja aberta falência;
3.º Quando o capital social estiver reduzido a menos de um terço da média dos últimos dez anos;

4.º Quando os credores o requeirarem, provando que posteriormente à época dos seus contratos se acha perdida metade do capital social e a sociedade não lhes garante o pagamento dos seus créditos.

§ único. Nos casos previstos neste artigo e para a nomeação de liquidatários só são válidas as resoluções tomadas nos termos da última parte do § 2.º do artigo 19.º

Art. 76.º A Direcção fica pessoal e solidariamente responsável por todas as operações iniciadas desde a data da dissolução, isto é, da data em que a sociedade fôr declarada em liquidação pelos sócios ou pelo tribunal, considerando-se tais operações como individuais.

Art. 77.º A dissolução será devidamente publicada no *Diário do Governo*, no boletim da sociedade e num dos jornais mais lidos da sua sede.

Art. 78.º Desde a data da dissolução, a sociedade só tem existência jurídica para os efeitos da liquidação e partilha, continuando a ser representada pela Direcção, enquanto os liquidatários não assumirem as suas atribuições.

Liquidação e partilha

Art. 79.º Aos liquidatários compete:

1.º Representar a sociedade em juízo e fora d'ele;
2.º Promover e realizar a cobrança das dívidas activas da sociedade;

3.º Vender os bens mobiliários;

4.º Pactuar com os devedores ou credores, em juízo ou fora d'ele, sobre o modo do pagamento das suas dívidas activas ou passivas, podendo, para tal fim, sacar, endossar, aceitar letras ou títulos de crédito;

5.º Obrigar os sócios, por todos os meios legais, ao pagamento das quantias por que forem responsáveis;

6.º Apresentar, mensalmente, um balancete das operações que realizarem e, terminada a liquidação à Assembleia Geral, as contas finais e um relatório da maneira como desempenharam o seu mandato, com os documentos justificativos;

7.º Distribuir os haveres líquidos da sociedade.

§ único. Quando lhes não bastem as atribuições conferidas neste artigo, poderão solicitar da Assembleia Geral as autorizações de que carecerem para o bom desempenho do seu mandato.

Art. 80.º Os liquidatários têm, para com a sociedade, a mesma responsabilidade que os administradores, sendo-lhes applicáveis as disposições da lei e do presente estatuto, que a estes são relativas.

Art. 81.º A responsabilidade dos liquidatários termina com a aprovação final das suas contas de liquidação e partilha, subsistindo para com os accionistas pelos erros ou fraudes nas mesmas contas cometidos, e que posteriormente se averiguem.

§ único. A acta da Assembleia Geral, que aprove estas contas, ou a sentença judicial, que a substitua, serão averbadas no respectivo registo e publicadas pela forma prescrita para a dissolução.

Art. 82.º Em caso de liquidação, o título da sociedade será acompanhado das palavras — *em liquidação*.

Art. 83.º A partilha será feita segundo as regras gerais, que regulam a partilha entre coerdeiros, tendo em atenção que deve ser feita proporcionalmente ao capital responsável de cada sócio.

Art. 84.º Na última Assembleia Geral nomear-se há quem deve ficar depositário dos livros e mais documentos da sociedade, que terão de ser conservados durante cinco anos.

CAPÍTULO XII

Falecimento de sócios

Art. 85.º Quando faleça algum sócio, suspender-se há o fornecimento em seu nome, e encerrar-se hão todas as suas contas. O saldo, quando positivo, ficará pertencendo aos herdeiros ou legatários, sendo considerado como depósito à ordem, até que por eles seja levantado; quando negativo ficará à responsabilidade dos mesmos herdeiros ou legatários.

§ 1.º A forma da habilitação será especificada no regulamento.

§ 2.º Findo o prazo estabelecido na lei geral do país, para a reclamação da herança ou do débito, reverterá aquela para o fundo de reserva ou será este abatido ao indicado fundo.

CAPÍTULO XIII

Disposições transitórias

Art. 86.º O regulamento interno a que se refere o artigo 4.º deve ficar elaborado no prazo de três meses depois de publicado este estatuto devidamente aprovado.

Art. 87.º A eleição para o novo cargo de gerente administrativo efectuar-se há quando se der cumprimento ao artigo 21.º, § 1.º, n.º 2.º

Art. 88.º A Direcção procederá a liquidação da extinta Caixa de Auxílio dos Empregados, submetendo à apreciação dos corpos gerentes a solução adoptada.

Paços do Governo da República, 26 de Janeiro de 1918. — *Sidónio Pais* — *António Aresta Branco* — *João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

Portaria n.º 1:223

Tornando-se necessário organizar entre nós o serviço automóvel militar, que últimamente tem tomado um tal desenvolvimento que não permite que seja feito directamente pelas diversas unidades e estabelecimentos militares, convindo que se reúna num estabelecimento único exclusivamente encarregado d'esse serviço, de modo a conseguir não só uma exploração económica e regular como rapidez e perfeição na execução das reparações: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, criar o Parque Automóvel Militar, com a composição e organização que em seguida se publica.

Paços do Governo da República, 9 de Fevereiro de 1918. — O Ministro da Guerra, *Sidónio Pais*.

Parque Automóvel Militar

Artigo 1.º O Parque Automóvel Militar destina-se à execução do serviço, conservação e reparação das viaturas automóveis militares e aquisição de artigos de consumo relativos a esse serviço, ficando subordinado à 1.ª divisão do exército para efeitos de disciplina e serviço de carros, e à 3.ª Repartição da 2.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra para os demais efeitos.

Art. 2.º O Parque Automóvel Militar comprehende:

- a) Secretaria e serviço de tropas.
- b) Conselho Administrativo.
- c) Depósito de material em serviço.
- d) Depósito de material mobilizável.
- e) Depósito de artigos de consumo.
- f) Oficinas de reparação e gabinetes de desenho, análise e ensaio de materiais.

Art. 3.º O director do Parque Automóvel Militar será um major ou capitão do estado maior de engenharia tendo como adjuntos dois officiais do estado maior de engenharia do activo ou milicianos, sendo um encarre-